

*INTERNATIONALI NEGOTIA*  
*EDITORIA*  
*SUBSECRETARIA INTERNACIONAL*

MARIA BEATRIZ DE MELO AMARAL

**UNIÃO AFRICANA:  
GUERRA DO SUDÃO**



**MODELO INTERNACIONAL DO BRASIL**

**BRASÍLIA, DF**

**2024**

*INTERNATIONALI NEGOTIA*  
*EDITORIA*  
*SUBSECRETARIA INTERNACIONAL*

MARIA BEATRIZ DE MELO AMARAL

## **UNIÃO AFRICANA: GUERRA DO SUDÃO**

**BRASÍLIA, DF**

**2024**

*“Os tambores da guerra são os tambores da fome.”*  
(Provérbio Sul-Africano)

## RESUMO

O Sudão, um país localizado na África Oriental, já sofre com instabilidade política e disputas violentas desde antes da sua independência. O século XXI, contudo, se mostrou especialmente difícil. Com conflitos étnicos na região de Darfur e a independência definitiva do Sudão do Sul, uma conjuntura questões servem para explicar a crise generalizada que teve na deposição do presidente Omar Hassan Ahmad al-Bashir o seu estopim. Desde então, a disputa entre as Forças de Suporte Rápidas (RSF) e as Forças Armadas Sudanesas (SAF) tem devastado o país e causado uma severa crise humanitária, sanitária, alimentar e de deslocamento.

Dessa forma, e por entender que a Guerra do Sudão tem sido sub-noticiada quando comparada a outras crises, este trabalho pretende apresentar o contexto histórico e examinar as principais questões de preocupação internacional dentro da Guerra, ressaltando o papel que pode ter a União Africana para a resolução deste conflito.

**Palavras-chave:** Sudão. Forças de Suporte Rápidas. RSF. Forças Armadas Sudanesas. SAF. União Africana.

## ABSTRACT

Sudan, a country located in East Africa, has suffered from political instability and violent disputes since before its independence. The 21st century, however, has proved particularly difficult. With ethnic conflicts in the Darfur region and the definitive independence of South Sudan, a number of issues serve to explain the widespread crisis that was triggered by the deposition of President Omar Hassan Ahmad al-Bashir. Since then, the dispute between the Rapid Support Forces (RSF) and the Sudan Armed Forces (SAF) has devastated the country and caused a severe humanitarian, health, food and displacement crisis.

In this way, and because it understands that the Sudan War has been underreported when compared to other crises, this paper aims to present the historical context and examine the main issues of international concern within the War, highlighting the role that the African Union can play in resolving this conflict.

**Keywords:** Sudan. Rapid Support Forces. RSF. Sudanese Armed Forces. SAF. African Union.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. A UNIÃO AFRICANA.....</b>	<b>8</b>
<b>2. HISTÓRICO DO CONFLITO.....</b>	<b>9</b>
2.1. Instabilidade política e militar.....	9
2.2. O início do desastre em Darfur.....	12
<b>3. A GUERRA CIVIL ATUAL.....</b>	<b>13</b>
3.1. Deslocamentos, Migrações e Refugiados.....	15
3.2. Crise climática e de saúde.....	16
<b>3.3. O problema da fome.....</b>	<b>17</b>
<b>4. NEGLIGÊNCIA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL.....</b>	<b>18</b>
<b>5. NEGOCIAÇÕES PARA O FIM DO CONFLITO.....</b>	<b>19</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>22</b>
<b>APÊNDICE I – QUESTÕES PARA DEBATE.....</b>	<b>23</b>
<b>APÊNDICE II – REPRESENTAÇÕES.....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

No início do dia 11 de abril de 2019, uma cooperação entre as Forças Armadas Sudanesas e Grupos Armados paramilitares adentraram a casa do então presidente do Sudão, Omar Hassan Ahmad al-Bashir, e o destituíram do cargo. A medida teve grande aprovação por parte da população, uma vez que esta desejava o fim do governo autoritário e violento, bem como um retorno à atividade democrática que já tinha sido parte do cotidiano sudanês em alguns momentos da sua história.

Contudo, em 2024, cinco anos depois da deposição de al-Bashir, a prometida transição democrática ainda não aconteceu. Em 15 de abril de 2023, as desavenças que já vinham crescendo entre as duas principais forças componentes do Conselho Militar de Transição – as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF) – entraram em uma guerra aberta, e, mais de um ano depois, o Sudão apresenta uma das maiores crises generalizadas em todo o globo.

Para além das consequências diretas de uma situação de conflito, a população sudanesa vem sofrendo com graves violações humanitárias, uma severa crise de insegurança alimentar, a precarização das condições de saúde, dificuldade de acesso à assistência, entre outros. É impossível, contudo, afirmar que a origem de todas essas problemáticas remonta tão somente aos últimos meses de conflito ou aos anos de governo do Conselho de Transição.

Por isso mesmo, a compreensão do que acontece hoje no Sudão exige um entendimento da construção fragilizada de um Estado democrático, bem como das desavenças que lhe são intrínsecas por uma diversidade populacional muito grande. Além disso, questões mais recentes – como a crise em Darfur no início do milênio – ajudam a explicar o caminho que levou para a crise generalizada que assola o país.

Ainda assim, e mesmo tendo níveis de destruição social comparáveis à Ucrânia ou a Gaza, a questão no Sudão é muito pouco analisada, principalmente por falta de projeção midiática. Existe, ainda, o argumento de que esse é um fator que favorece uma solução regional – mediada por entidades e órgãos regionais do conflito –, e, nesse caso, a União Africana seria a entidade com maior competência para tal.

Com mais de um ano de conflito, mediações internas, regionais e globais, todas já foram colocadas em pauta na busca de uma resolução efetiva para as atrocidades que vêm acontecendo no Sudão. Contudo, nenhuma proposta realmente eficaz logrou o consenso entre as partes beligerantes. Por isso mesmo, e para entender de onde vêm as demandas e questões, e, conseqüentemente, qual é o caminho a ser seguido em uma negociação rumo à paz, é

necessário conhecer o contexto histórico da construção política e social do Sudão enquanto Estado, os fatores que permitiram o advento dos grupos armados que ali operam, e os acontecimentos que constituíram uma hostilidade tamanha que, eventualmente, estourou na maior crise do continente referente ao ano de 2024.



## 1. A UNIÃO AFRICANA

Como acontece com todas as organizações internacionais, a formação da Organização da União Africana (OUA) e da sua sucessora, a União Africana (UA), foi um reflexo do cenário internacional na época do seu advento. Em 1963, a assinatura da Carta da Organização da União Africana, em Addis Ababa, relacionava-se diretamente com as múltiplas independências em curso no continente. Apenas entre os anos de 1940 e 1980, o sistema internacional ganhou mais de quarenta novos países africanos. Além da incapacidade das potências europeias de arcar com os custos da modernização do sistema e da repressão, um conjunto de movimentos nacionalistas e ideais pan-africanos desempenharam um importante papel no processo de decolonização (Mendonça, 2019, pp. 121-127).

Também essas ideias podem ser encontradas na Carta fundadora da OUA. Logo no preâmbulo, os 32 chefes de Estado que a assinaram reconhecem a “fraternidade e solidariedade”, bem como a “independência duramente conquistada”, a “soberania e a integridade territorial”, como princípios inspiradores do entendimento entre os povos e a cooperação entre os Estados que estes buscam estabelecer. A filosofia pan-africana, que orientou a carta, bebia das fontes do socialismo africano e buscava a unidade do continente, a manutenção das características e práticas das suas comunidades, e a salvaguarda da cultura e do patrimônio comum da África.

A convocação para a criação da União Africana, expressa pelos chefes de Estado da OUA na Declaração de Sirte, culminou no seu lançamento oficial em Durban, África do Sul, em 2002, marcando o fim da Ordem Bipolar. Com o colapso da União Soviética, em 1991, e a independência dos países africanos, surgiu a ideia de redirecionar o foco da organização para o crescimento e desenvolvimento econômico do continente por meio da cooperação.

Assim sendo, o Ato Constitutivo da União Africana, assinado por 53 chefes de Estado dos países membros, estabelece uma organização estruturada em algumas instituições principais: a Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho Executivo, os Comitês Técnicos Especializados, o Conselho de Paz e Segurança, o Parlamento Pan-Africano, o Tribunal de Justiça, três instituições financeiras, a Comissão da União Africana, o Comitê de Representantes Permanentes e o Conselho Econômico, Social e Cultural.

Atualmente, o bloco representa 20% do território global, 60% dos ativos de energia renovável do mundo e 50% dos minerais essenciais para tecnologias de baixo carbono. Em

2023, durante a reunião em Nova Delhi, a União Africana recebeu, pela primeira vez, o status de membro pleno do Grupo dos 20.

Para questões como a Guerra no Sudão, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS) costuma ser o principal responsável dentro da entidade. Como um órgão permanente, o Conselho é responsável pela prevenção, gestão e resolução de conflitos, além ter como função a promoção da paz, a autorização de missões de apoio à paz e a recomendação de intervenções em situações de crimes como o genocídio.

Estruturalmente, o CPS é composto por 15 membros eleitos com base em representação regional equitativa, todos com direito a voto, e que ocupam funções rotativas com prazo limitado. Além disso, para a garantia da continuidade, um terço dos membros é eleito para um mandato de três anos, enquanto o restante, para mandatos de apenas dois.

Ademais, é importante considerar que questões como a estudada neste trabalho são multifatoriais, e, por conta disso, podem ser discutidas em mais de uma instituição da União Africana ou em colaboração com outras entidades. Até por isso, o Conselho de Paz e Segurança é auxiliado por vários órgãos, como o Sistema Continental de Alerta Precoce, o Painel de Sábios, a Força Africana de Prontidão e o Fundo de Paz. E coopera com as Comunidades Econômicas Regionais, mecanismos regionais de prevenção de conflitos e o Conselho de Segurança da ONU.

## **2. HISTÓRICO DO CONFLITO**

### **2.1. Instabilidade política e militar**

A República do Sudão, desde a sua independência, tem sido marcada por uma série de governos autoritários. Apenas dois anos após o reconhecimento da independência por parte da administração anjo-egípcia, em 1º de janeiro de 1956, o país testemunhou o seu primeiro golpe de Estado. Na ocasião, o regime parlamentar foi derrubado pelo General Ibrahim Abboud, o que deu início à primeira ditadura militar do Estado independente. A instabilidade política era evidente, e as causas variavam conforme a perspectiva. Ainda assim, seja por rivalidades incapacitantes das elites políticas e intelectuais, divisões políticas ou dependência econômica, em 1958, Abboud suspendeu a constituição, dissolveu o parlamento, e proibiu as reuniões e atividades políticas.

Foi somente quase uma década depois, com a Revolução de Outubro de 1964, que o governo autoritário chegou ao fim. Tratou-se de uma revolta popular massiva – inédita no mundo árabe até então –, que, com protestos pacíficos e negociações recorrentes entre a

Frente Nacional Unida e o Governo, foi bem sucedida em obter a renúncia do mandatário e dar início à transição para um novo período regido pelos princípios democráticos – um absoluto sucesso para o movimento popular.

Por mais que significativa, a conquista não foi duradoura. Nem uma década depois da Revolução de Outubro, em 1969, um grupo de oficiais liderados pelo coronel Jaafar Nimeiri dissolveu mais uma vez o governo democrático. Foram quinze anos de um regime autoritário, no qual grandes figuras políticas foram presas, a diversidade partidária foi eliminada e a coerção passou a incluir práticas de tortura, assassinato e execuções em massa.

Além disso, já no final da sua administração, Nimeiri implementou as leis de Shari'a (1983), uma interpretação do código islâmico de mesmo nome que, conforme foi aplicada, permitiu ao regime violar ainda mais profundamente o devido processo legal – principalmente contra adversários do regime. (Hassan, 2022, p.256)

Quando foi enfim deposto, em 1985, a remoção colocou em sério risco o domínio islâmico no país, o que, em conjunto com os problemas econômicos e a desorganização interna do Estado, contribuiu para que o período democrático que se seguiu também durasse pouco (Ali, 2010, p.439). Em junho de 1989, o Partido do Congresso Nacional (PCN) – um grupo ainda mais radical no islamismo que o governo de Nimeiri – assumiu o poder em um golpe liderado por Omar al-Bashir. Mais uma vez, todos os partidos políticos foram banidos, o parlamento e todas as associações laborais foram dissolvidos e várias lideranças foram presas (Moss, 2019, p.1002).

Para o comando do executivo, foi instituído o Conselho de Comando Revolucionário para a Salvação Nacional (RCC), um conselho formado por figuras políticas e oficiais militares e que tinha Bashir como presidente. O RCC, não só desempenhou papel importante para a consolidação do novo governo, como também foi responsável pelo endurecimento da lei islâmica aplicada a todo o Estado. Mais tarde, em 1993, Bashir dissolveu o Conselho e passou a governar sozinho, assim permanecendo até 2019.

Outra constante na história do país são as guerras civis. As motivações para isso, muitas das vezes, giravam em torno dos “conflitos entre o regime islâmico central (que se considerava árabe) e as pessoas mais marginalizadas pelos regimes centrais: sulistas; os Nuba de Kordofan do Sul e vários grupos do oeste, leste e sudeste do Sudão” (Moss, 2019, p. 1002).

Assim sendo, a Primeira Guerra Civil Sudanesa se deflagrou logo em 1955, antes mesmo do reconhecimento integral da independência do país. A razão para o conflito foi a insatisfação das regiões do sul que, se sentindo marginalizadas – algo que perduraria relevante no cenário político nacional por muitos anos –, se voltaram contra o governo central da

capital, Cartum. O conflito foi agravado com a tomada de poder pelo General Abboud e sua agenda de arabização e islamização forçada, mas só atingiu o nível máximo de violência a partir de 1963.

Em 1972, com a assinatura do Acordo de Addis Ababa garantindo relativa autonomia para o sul, o combate foi finalmente cessado. As três regiões austrais seriam agora unificadas e disporem de administração legislativa e executiva própria. Apesar de não ter extinguido por completo as tensões, o acordo foi garantidor de um período de paz mais longo do que qualquer outro nas mais de duas décadas de existência do país. Mesmo assim, é essencial destacar que novas desavenças entre as duas regiões também surgiram com a adoção do Addis Ababa: em especial a disparidade entre os índices econômicos e de desenvolvimento, e a desconfiança instaurada.

Em 1983, a estabilidade que o acordo de Addis Ababa havia temporariamente estabelecido se desintegrou. O já mencionado governo autoritário de Nimeiri anulou a autonomia do sul, e a imposição do domínio da Lei Islâmica (Sharia) em todo o território nacional não foi bem aceita pela população sulista de maioria cristã e animista. Através da Ordem Republicana Número Um, foi revogado tudo o que previa o acordo de Addis Ababa, inclusive a autonomia conquistada pelo sul. A resposta não foi mais um levante popular, mas uma insurreição armada. O recém-criado Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A, na sigla em inglês) declarava lutar por um novo Sudão federalista.

Durante os vinte e dois anos de guerra civil que se seguiram, o sul do Sudão não apenas lutou contra o governo central do norte, mas também enfrentou um conflito interno significativo entre os dois principais grupos étnicos da região: os Dinka e os Nuer. Essa rivalidade se intensificou entre os anos de 1991 e 1996, levando a massacres, deslocamentos e uma grave crise humanitária em meio à Segunda Guerra Civil Sudanesa. Para além do conflito interétnico Dinka-Nuer, contudo, a situação não era muito diferente no restante do país. A guerra foi marcada por atrocidades, violência sexual e outras violações dos direitos humanos, e uma imensa onda de refugiados e deslocados internos – o que serviu para agravar a crise.

Em 2005, após longas discussões entre o governo Sudanês e o Exército de Libertação do Povo do Sudão, assim como a mediação de países como Etiópia, Uganda e Quênia, a assinatura do Acordo de Paz Abrangente pôs fim ao conflito. Apesar de não solucionar as questões étnicas, a principal consequência deste acordo foi o agendamento, para 2011, de um referendo sobre a independência do Sudão do Sul. Nove anos mais tarde, quando foi

realizado, a proposta foi aprovada por ampla maioria e o Sudão do Sul passou a constituir o Sistema Internacional como um Estado Soberano.

## **2.2. O início do desastre em Darfur**

Uma das principais causas para o desastre que seria testemunhado em Darfur no início do século XXI foi, também, a marginalização constante da região por parte da administração central. Tendo existido como Estado independente na forma do Sultanato de Darfur, a região só foi anexada pelo Sudão anglo-egípcio em 1916, mas não teve muita dedicação deste governo. Mesmo após a independência do país, a elite política de maioria árabe que o controlava continuou a agir com descaso em relação à população não-árabe e etnicamente diversa do Sudão, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma insatisfação popular com Cartum.

Somente a marginalização política e econômica sofridas por Darfur, contudo, são insuficientes para explicar o caos que ali se instalaria. Uma série de outros fatores contribuem para essa explicação. Primeiramente, a região que sempre fora palco de disputa por seus recursos, viu essa realidade se agravar com uma grande seca na década de 1980 e um lento processo de desertificação. As mudanças climáticas incitaram grupos inteiros a irem em busca de terrenos mais favoráveis, o que resultou no superpovoamento da região e acentuação das tensões entre os grupos étnicos que ali residem – em especial, entre os pastores nômades e os agricultores sedentarizados.

As recentes guerras civis e os planos nacionalistas ambiciosos dos vizinhos Chade e Líbia fizeram com que um intenso fluxo de armamentos, milícias e soldados se desenvolvesse nas fronteiras. As consequências para a segurança na região foram diretas: os mencionados conflitos étnicos e territoriais que vinham se intensificando passaram a ter a presença cotidiana de armamentos modernos. Como resposta, uma série de grupos armados e milícias passaram a se organizar para conter a insegurança que ali se disseminava.

O aumento da violência e a fragmentação social finalmente encontraram o seu estopim na insurreição de 2003, quando movimentos de resistência armada como o Movimento de Libertação do Sudão (SLM) e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM) se levantaram contra o governo sudanês e o descaso e marginalização de Darfur. A campanha que o governo organizou em resposta a este levante foi o que escalonou a violência na região. Cartum armou e apoiou um conjunto de milícias árabes – coletivamente conhecidas com *janjaweed* – que

realizaram verdadeiros massacres e campanhas de limpeza étnica contra as populações negro-africanas.

Nos anos em que se seguiram, o conflito armado de Darfur foi cenário de genocídio, estupros, infanticídios, o vasculhamento e destruição de vilarejos (*combing process*), entre outras violências. Além disso, a situação também resultou no deslocamento de cerca de 2 milhões de indivíduos, gerando uma das mais graves crises humanitárias do século XXI. O presidente Omar Al-Bashir, mais tarde, foi o primeiro chefe de Estado a indiciado por crime de genocídio pelo Tribunal Penal Internacional (TPI).

As tentativas de um acordo de paz tiveram início logo em 2004, com uma série de negociações e tratativas entre o Governo do Sudão, o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM), o Movimento de Libertação do Sudão (MLS) e intermediadores. Vários tratados foram assinados, o principal deles sendo o Acordo de Paz de Darfur, em 2006. Este último foi controverso por contar apenas com a participação de uma facção do Movimento de Libertação do Sudão (MLS) e não teve o apoio dos principais líderes locais, resultando em resistência popular e novas hostilidades. Como este, nenhum dos outros acordos logrou uma aplicação regular e uniforme.

### **3. A GUERRA CIVIL ATUAL**

Após quase trinta anos de regime, o governo autoritário do presidente Omar Al-Bashir chegou ao fim. Em 2018, uma onda de protestos tomou a capital do país. Apesar de inicialmente se destinarem a mostrar indignação frente ao declínio do padrão de vida e uma série de medidas de austeridade tomadas pelo governo – que sofria com sanções estadunidenses e a perda de grande parte das suas fontes de petróleo após a independência do Sudão do Sul –, estes não demoraram a voltar-se contra Bashir.

Em abril de 2019, o presidente foi finalmente deposto em um esforço conjunto das Forças Armadas Sudanesas (SAF), dos movimentos populares e das Forças de Apoio Rápido (RSF) – uma força paramilitar originada das milícias *janjaweed* e liderada por Mohamed Hamdan Dagalo (Hemedti). Para preencher o cargo vago, informaram os depositores, uma junta militar transitória assumiria o comando do país.

A notícia, contudo, não satisfaz os manifestantes, que clamavam pelo exercício da democracia. Muitos deles permaneceram nas ruas, acusando os militares de cometerem um golpe e não atenderem aos anseios do povo por um governo civil. Para apaziguar a situação, foi estabelecida uma parceria civil-militar na qual o primeiro-ministro, Abdalla Hamdok,

exerceria o poder civil e um Conselho Militar de Transição (TMC) – sob a liderança do General e comandante das SAF, Abdel Fattah al-Burhan, e do vice-presidente do conselho e líder das RSF, Hemedti –, a função de chefe de Estado.

O arranjo não foi duradouro. Em 25 de outubro de 2021, o Sudão presenciou mais um golpe. O General Burhan dissolveu o TMC e o governo de transição, destituindo Hamdok do seu cargo de Primeiro Ministro e colocando todo o país em estado de emergência nacional. Além disso, a aliança entre as RSF e as SAF também começou a ruir conforme ambas as forças discordavam sobre o futuro do país e a reintegração das RSF às forças armadas regulares – uma urgência, já que esta era exigência para a transição para um próximo governo democrático.

A questão se tornou uma disputa de poder entre Burhan e Hemedti que, mesmo com as tentativas de agentes internos e entidades internacionais de mediar o conflito, escalou em velocidade impressionante. De acordo com o que defende o pesquisador Jonas Horner, “acima de tudo... as duas forças temiam ficar mais fracas do que a outra”.

Em comunicado da sua 1041ª reunião, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana expressou:

profunda preocupação com a tomada de poder militar no Sudão [...], resultando na dissolução do Governo de Transição, chefiado pelo Primeiro-Ministro Abdallah Hamdock, que ameaça inviabilizar o progresso feito no processo de transição sudanês até o momento e mergulhar o país novamente em um ciclo de violência (CPSUA, 2021)

Ainda, declarou a suspensão do Sudão de todas as atividades da UA até que haja a restauração da Autoridade de Transição liderada por civis – suspensão essa que permanece até os dias de hoje. Os países ocidentais também se posicionaram em favor de uma solução pacífica entre as duas partes, mas nenhuma tentativa de solução diplomática foi efetiva. No dia 15 de abril de 2023, as tensões atingiram seu ponto máximo e teve início o conflito armado entre as SAF e a RSF.

Mesmo tendo começado na capital, Cartum, a violência não tardou em espalhar-se também até as regiões limítrofes do território. Os estados de Nilo Azul (An Nil al Azraq), Norte (Ash Shamaliyah) e Kordofan foram alguns dos mais afetados pelo conflito, assim como a região de Darfur, que já estava arrasada pelos eventos aqui antes mencionados.

Foram muitas as atrocidades cometidas por ambas as forças, incluindo crimes de guerra e crimes contra a humanidade. As alegações levantadas pela Missão Internacional

Independente de Apuração de Fatos da ONU para o Sudão apontam a ocorrência de ataques aéreos, bombardeios de artilharia pesada e ataques terrestres em vilas civis; pilhagem e destruição de objetos e infraestrutura; ataques de caráter étnico; estupros e outras formas de violência sexual e de gênero; recrutamento e hostilização de crianças; prisões arbitrárias; tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes; supressão da liberdade de expressão, informação e mídia; entre outros.

Quanto ao número de mortes, a natureza da guerra ali travada dificulta a identificação de um número preciso até aqui. O mesmo relatório da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU para o Sudão estima que tenham sido 18 mil fatalidades, civis e militares, até setembro de 2024.

### **3.1. Deslocamentos, Migrações e Refugiados**

Uma das consequências da guerra sobre a população sudanesa é o massivo deslocamento de pessoas. Até o momento, mais de 10 milhões de sudaneses foram forçados a deixar as suas casas, e quase 30% dessas já tiveram que migrar uma segunda vez (migrantes secundários). Não à toa, a crise de deslocamento no Sudão é reconhecida como a maior de 2024.

Segundo relatório do Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários, de 2024, aproximadamente 8 milhões de pessoas migraram internamente desde a deflagração do conflito em abril de 2023, enquanto 2,1 milhões cruzaram a fronteira para países vizinhos como Chade, Uganda, países do Golfo, Egito, etc. A maioria desses migrantes é formada por crianças e jovens com menos de dezoito anos de idade.

Quando chegam em outras regiões e países, essas pessoas necessitam de comida, cuidados médicos, estrutura sanitária, abrigo, educação para as crianças, etc. Por isso mesmo, entidades internacionais como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) vêm trabalhando para angariar apoio para os refugiados e migrantes internos do Sudão, e garantir que sejam respeitados os compromissos de acesso transfronteiriço e entre linhas. Também é prioridade da agência o apoio aos países anfitriões, de forma que os refugiados tenham o seu direito ao asilo e à assistência humanitária garantidos sem que isso seja excessivamente oneroso ou prejudicial aos países que os acolhem.

Outro grande movimento é o de retorno de populações que estavam refugiadas no Sudão antes da guerra. Mais de 4 milhões de pessoas advindas do Sudão do Sul, da Eritreia, da Síria, da Etiópia, e outras regiões, viviam no país até 2023. No entanto, a escalada da



violência, junto de fatores como fome e doenças, fizeram com que uma grande quantidade dessas pessoas escolhesse deixar o Sudão e retornar aos seus países de origem.

Nessa situação, as organizações internacionais, agências de assistência humanitária e comunidade internacional têm trabalhado em conjunto para buscar garantir a assistência devida a essas populações, e, em especial, aos deslocados internos e outros cidadãos sudaneses que permanecem em zona de conflito.

### **3.2. Crise climática e de saúde**

Somando-se à crise humanitária que se estende sobre o país, a região do Sudão e países vizinhos vêm sofrendo com um montante de chuvas acima do usual, que causam inundações e agravam os problemas ali existentes. As anormalidades climáticas são creditadas como efeito de El Niño, e vêm causando deslocamentos de terra, inundações e fortes ventanias em toda a África Oriental.

Mais de oitenta mil casas já foram destruídas ou danificadas pelas fortes chuvas, o que aumenta os deslocamentos internos no país. Ao mesmo tempo, a acolhida dos migrantes nas fronteiras e a manutenção de campos de refugiados são severamente comprometidos, uma vez que as enchentes e adversidades climáticas tornam essas operações ainda mais complicadas.

Além de derrubar casas e tendas, as fortes chuvas causam impedimentos nas estradas, dificultam a circulação dos serviços de assistência e tornam ainda mais difícil o acesso às áreas afetadas pelo conflito como Darfur, Kordofan e Cartum. Um exemplo disso é a travessia de Tine, principal rota utilizada para despacho de suprimentos e circulação de auxílio entre o Chade e o Sudão, que se tornou intransponível devido ao alagamento. Ainda, nos estados do Norte e nas proximidades do Rio Nilo, as inundações aumentaram a disseminação de doenças pela falta de tratamento e provocaram uma infestação de animais peçonhentos, como cobras e escorpiões.

Ademais, com uma grande quantidade de hospitais fechados ou ocupados em meio ao conflito, a administração da saúde da população sudanesa se encontra severamente prejudicada. Associado às chuvas e inundações, aumentaram os riscos de doenças como a dengue e a meningite. A cólera, em especial, transmitida pela ingestão de água ou alimentos contaminados, teve um drástico aumento de casos.

No final de 2023, o país declarou um surto desta doença, que em seu ápice atingiu nove regiões. Apesar de o Sudão ter experienciado cerca de 18 surtos de cólera nos últimos 50 anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que as ocorrências recentes têm um

nível de fatalidade maior que as últimas. Não é difícil imaginar o porquê. Sendo a cólera uma doença que, sem tratamento, pode matar em poucas horas, a dificuldade de acesso à assistência médica em consequência da guerra e das calamidades climáticas dificulta a contenção e a remediação de epidemias do gênero.

Um novo surto irrompeu em Agosto de 2024. Em declaração, o Ministro da Saúde Mohamed Ibrahim declarou tratar-se de uma epidemia, e relacionou a situação diretamente com as condições climáticas e a contaminação da água potável que estas ocasionaram. Declarou, ainda, que as principais regiões afetadas foram Kassala, El Gezira e Cartum, e que mais de vinte pessoas já haviam morrido em função da doença. De acordo com a OMS, os diagnósticos são principalmente em indivíduos não vacinados contra a cólera e a organização já está se movimentando para promover campanhas de vacinação.

### **3.3. O problema da fome**

Após um ano e meio de conflito, o Sudão vem enfrentando a pior fome de toda a sua história. Segundo a Classificação Integrada em Fases (IPC), mais da metade da população se encontra em situação de insegurança alimentar desde junho de 2024. E, diferentemente dos problemas climáticos, esse é um problema que se concentra majoritariamente nas regiões do Sul e do Oeste do país.

Como se pode imaginar, Darfur (norte e sul) é particularmente afetada, estando em conflito há muito mais tempo que a maioria das demais regiões. Mas não só ela. As regiões de Grande Darfur, Kordofan do Sul e do Norte, Nilo Azul, Aj Jazirah e Cartum, todas apresentam índices preocupantes. De acordo com pesquisa mais recente, somam 8,5 milhões as pessoas que se encontram em situação emergencial de fome – nível 4, segundo classificação também do ICP –, e 755 mil as que estão no nível mais grave (nível 5). É ainda relevante perceber que, devido à realidade do conflito, a coleta de informações entre a população é precária, o que abre a possibilidade de esses números serem muito maiores do que os apresentados.

A situação nos campos de acolhimento a deslocados internos é semelhante – ou até mais grave – que a no restante do país. O campo Zamzam, em Darfur do Norte, apresentou nível severo de insegurança alimentar no meio do ano, com projeções de piora para os meses seguintes.

Os desafios de acesso e circulação já mencionados, causados pelos desastres climáticos, zonas de conflito armado ou obstruções deliberadas de acesso, dificultam também

o alcance de auxílio humanitário a essas pessoas. Clementine Nkweta-Salami, que é coordenadora humanitária da OCHA no Sudão, declarou que a comunidade humanitária no Sudão tem alertado sobre a gravidade da crise alimentar que está se desenvolvendo enquanto a violência persiste, resultando em deslocamentos forçados, desmantelando serviços essenciais, devastando os meios de subsistência e limitando drasticamente o acesso à ajuda humanitária. Ela defende ser imprescindível que as hostilidades cessem para que os agentes humanitários possam alcançar aqueles que precisam de assistência.

No início do ano, o Programa Mundial de Alimentos alertou que a crise no Sudão poderia vir a se tornar a pior crise de fome no mundo. Alguns meses depois, a insegurança alimentar no país segue crescendo e o problema se agravando. Muitas famílias se unem às hordas de migrantes para ir em busca de empregos que lhes permitam alimentar os próprios filhos, e existem até mesmo, segundo Othman Moqbel, da ONG Action for Humanity, aqueles que ingerem terra, folhas e similares para tentar aplacar a própria fome.

#### **4. NEGLIGÊNCIA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

Com confrontos armados, severos desastres climáticos e as maiores crises de fome e deslocamento no mundo atualmente, era esperado que a Guerra do Sudão estivesse no centro das discussões da mídia internacional. O conflito, contudo, tem sido severamente negligenciado pela Comunidade Internacional desde o seu início.

Enquanto aproximadamente 25 milhões de pessoas – mais da metade da população de 46,8 milhões – necessitam de assistência no país, os programas que se dispõem a prestar esse auxílio estão sofrendo com pouquíssimo financiamento. As denúncias realizadas pela população, além de pouco ressoadas na mídia internacional, são perigosas para quem as faz. O governador de Sudão do Oeste, Khamis Abakar, foi morto após acusar a RSF de cometer genocídio.

As atrocidades cometidas pelo governo de Bashir ainda alcançam alguma repercussão, tendo o ex-presidente, inclusive, alvo de dois mandados de prisão emitidos pelo Tribunal Penal Internacional em 2009 e 2010, por crimes contra a humanidade e prática de genocídio em Darfur. Não são muito diferentes, contudo, as violências que estão atualmente sendo cometidas pelas SAF e RSF. Acumulam-se alegações de crime de guerra, limpeza étnica e violência sexual. A maior preocupação é de que, não havendo uma resposta contundente da sociedade internacional, o país volte a enfrentar um genocídio generalizado como em 2006.

A crise repercute em nível regional: Egito, Arábia Saudita e Irã se posicionam favoráveis às SAF, enquanto os Emirados Árabes Unidos e o Chade apoiam a RSF (inclusive militarmente). Os países desenvolvidos e ocidentais, contudo, não se comprometem em denunciar as atrocidades ali cometidas. O periódico *Foreign Policy* fez uma comparação entre o número de *tweets* feitos por Joe Biden sobre a Palestina e sobre o Sudão. O resultado aferido foi que o presidente dos Estados Unidos da América realizou 107 publicações sobre Israel ou Gaza desde o ataque de outubro de 2023, mas, desde o início da guerra no Sudão, só abordou o assunto em quatro postagens.

## 5. NEGOCIAÇÕES PARA O FIM DO CONFLITO

Diversas iniciativas foram apresentadas e colocadas em prática até certo ponto para tentar atingir a paz no Sudão. Uma tratativa foi coordenada pelos Estados Unidos e pela Árabia Saudita em maio de 2023, por exemplo, com o objetivo de estabelecer princípios a serem seguidos por ambas a SAF e a RSF no que tange à proteção dos civis, à garantia dos direitos humanos e da assistência humanitária, e o cumprimento do direito internacional. O documento, chamado de Declaração de Compromisso de Jeddah, foi assinado por representantes de ambas as partes, mas a maioria das suas cláusulas nunca foi colocada em prática.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), uma organização regional do Leste da África, também tentou mediar o conflito. Uma série de negociações foi realizada, inclusive com a presença de representantes da União Africana, contudo, muito pouco avançou-se no sentido de um cessar-fogo. Países como o Egito e a Etiópia tentaram promover suas próprias conferências de paz e até intermediar conversas com líderes sudaneses exilados, mas também sem grandes resultados.

Internamente, houveram múltiplas tentativas de líderes tribais e civis, em Cartum e outras regiões, para estabelecer diálogos e negociar a paz, mas esses foram ainda mais difíceis em decorrência da escalada da violência.

Dessa forma, o pouco avanço das propostas, mesmo daquelas que são exclusivamente para a proteção dos civis e facilitação da ajuda humanitária, torna pouco crível a perspectiva de uma solução próxima. Dado o alto grau de violência contra civis, é prioridade a garantia de cumprimento dos princípios humanitários e, seja por meio de organizações internacionais, organizações não-governamentais, ou um esforço conjunto de agentes na região, o

restabelecimento das garantias mínimas do Direito Internacional para que o fim dos conflitos e a inicialmente pretendida transição demográfica no Sudão possam ser empreendidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a extensão dos problemas civis, étnicos, políticos e militares no sudão, torna-se claro que o que se observa no país é o resultado, não só da disputa por poder entre os líderes da SAF e da RSF, como também de um acúmulo de problemas conjunturais que se somam para dificultar a obtenção da paz. As negociações são complicadas justamente porque perpassam a existência do Sudão como um país multi-étnico e multicultural, e com governos que têm historicamente beneficiado uma parcela da população em detrimento de outra.

As relações com os países vizinhos também são outro fator importante a ser considerado. Justamente por existir uma dimensão étnica do conflito, as representações dessas mesmas etnias em países vizinhos – como o Chade – estão diretamente relacionadas com as atrocidades do conflito. Além disso, em um conflito com um deslocamento resultante tão expressivo, todos esses países tornam-se diretamente afetados.

Ademais, faz-se necessário pensar soluções que garantam uma solução democrática duradoura, para que, uma vez restabelecida a participação popular devida, esta não seja por pouco tempo como ocorreu por mais de uma vez no Sudão.

Nesse contexto, a União Africana se apresenta como uma facilitadora de diálogo e de uma solução regional. Sendo uma possibilidade de fórum para a negociação entre as partes, intermediação dos demais Estados africanos, e cooperação entre as organizações regionais e internacionais para encontrar uma solução duradoura para o conflito no Sudão.

***MARCO HISTÓRICO: 01 DE SETEMBRO DE 2024***

## Referências Bibliográficas

HASSAN, Yousif. The evolution of the Sudanese authoritarian state: The December uprising and the unravelling of a 'persistent' autocracy. In: TOPAK, Ozgun; MEKOUAR, Merouan; CAVATORTA, Francesco (ed.). **New authoritarian practices in the Middle East and North Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. p. 252-275.

MOSS, Sigrun Marie. Leadership Strategies of Mobilisation and Demobilisation in Sudan. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 7, n. 2, p. 997–1020, 2019. DOI: [10.5964/jspp.v7i2.869](https://doi.org/10.5964/jspp.v7i2.869).

AFRICAN UNION. Communiqué of the 1041st meeting of the Peace and Security Council of the African Union held on 26 October 2021 on the Situation in Sudan-African Union. **Peace and Security Department**. Disponível em: <https://www.peaceau.org/en/article/communique-of-the-1041th-meeting-of-the-peace-and-security-council-of-the-african-union-held-on-26-october-2021-on-the-situation-in-sudan>. Acesso em: 8 set. 2024.

ROLANDSEN, Øystein H. A false start: between war and peace in the Southern Sudan, 1956–62. **Journal of African History**, v. 52, n. 1, p. 105–123, 2011. Disponível em: <https://www.prio.org/publications/4838>. Acesso em: 3 set. 2024.

LODHI, Areesha. After a year of war in Sudan, what is the situation now? **Al Jazeera**, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/4/11/why-did-war-break-out-in-sudan-a-year-ago-where-does-it-currently-stand>. Acesso em: 10 set. 2024.

ALI, Bashir. Repression of Sudanese civil society under the National Islamic Front/National Congress Party. **Review of African Political Economy**, v. 37, n. 126, p. 437–450, 2010.

NASHED, Mat. Analysis: Fighting erupts in Sudan after months of tension. **Al Jazeera**, 15 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/4/15/fighting-erupts-in-sudan-following-months-of-simmering-tensions>. Acesso em: 10 set. 2024.

SHARKEY, Heather J. Arab Identity and Ideology in Sudan: The Politics of Language, Ethnicity, and Race. **African Affairs**, v. 107, n. 426, janeiro, 2008, pp. 21–43, DOI: <https://doi.org/10.1093/afraf/adm068> Acesso em: 8 set. 2024.

BRAGA, Camila. O Conflito Armado em Darfur - Sudão. **Série Conflitos Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 1–8, 2016.

COLLINS, Robert. Civil Wars in the Sudan. **History Compass**, v. 5 n. 6, pp. 1778-1805, 2007. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1478-0542.2007.00473.x>. Acesso em: 5 set. 2024.

MIHATSCH, Moritz A. Dependence after independence: Sudan's bounded sovereignty 1956–1958. **Journal of Eastern African Studies**, v. 15, n. 2, pp. 236-254, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17531055.2021.1904705>. Acesso em: 3 set. 2024.

HAFFNER, Jacqueline A. H.; VIANA, Genivone Etmy Sequeira. União Africana: desafios e oportunidades do bloco. **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 20, p. 69–94, 2013. DOI: [10.22456/2178-8839.38134](https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134).

JOK, Jok Madut; HUTCHINSON, Sharon Elaine. Sudan's Prolonged Second Civil War and the Militarization of Nuer and Dinka Ethnic Identities. **African Studies Review**, v. 42, n. 2, p. 125–145, 1999. DOI: [10.2307/525368](https://doi.org/10.2307/525368).

OTAVIO, Anselmo; CARDOSO, Nilton César Fernandes. Reflexões acerca da primeira década da União Africana: da transformação a atuação no Burundi, no Sudão e na Somália. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 5, n. 26, p. 45–66, 2014. DOI: [10.22456/2178-8839.46736](https://doi.org/10.22456/2178-8839.46736).

UNITED NATIONS. *Statement on IPC FRC findings*. Port Sudan, 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1157066/?iso3=SDN>. Acesso em: 16 out. 2024. Acesso em: 15 set. 2024.

SAPA. **Sudan Civil War: History & Implications [6 Root Causes]**. 2023. Disponível em: <https://sapa-usa.org/sudan-civil-war/>. Acesso em: 1 set. 2024.

Sudan. 2024a. Disponível em: <https://reports.unocha.org/en/country/sudan/>. Acesso em: 15 set. 2024.



INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION. Sudan: IPC acute food insecurity analysis, June 2024 – January 2025. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1157066/?iso3=SDN>. Acesso em: 15 set. 2024.

BBC NEWS. **Sudan coup: Thousands protest on uprising anniversary**. 19 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-59719765>. Acesso em: 6 set. 2024.

BBC NEWS. **Sudan crisis: Burhan and Hemedti - the two generals at the heart of the conflict**. *[S. l.]*, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-65297714>. Acesso em: 6 set. 2024.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Sudan situation**. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/operational/situations/sudan-situation>. Acesso em: 15 set. 2024.

BBC NEWS. **Sudan war: UN expert warns of genocide in Darfur city of El Fasher**, 24 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c511vgzvl2eo>. Acesso em: 15 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Darfur: duas décadas de sofrimento**. 2020. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-duas-decadas-de-sofrimento/>. Acesso em: 6 set. 2024.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. A descolonização da África: nacionalismo e socialismo. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, n.22, pp. 117-140, maio de 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/158261/153444>. Acesso em: 16 out. 2024.

## **APÊNDICE I – QUESTÕES PARA DEBATE**

### ***PERGUNTAS QUE DEVEM SER RESPONDIDAS AO LONGO DAS DISCUSSÕES***

- 1. Quais medidas a UA pode tomar para facilitar o diálogo entre as Forças Armadas Sudanesa (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF)?**
- 2. Como garantir que ambos os lados aceitem um cessar-fogo e retornem às negociações?**
- 3. Como garantir que o Sudão retome o caminho para uma transição democrática?**
- 4. Quais estratégias podem ser implementadas para garantir o acesso humanitário às áreas afetadas pela guerra?**
- 5. Quais ações punitivas podem ser adotadas contra os responsáveis por crimes de guerra ou violações dos acordos de paz?**
- 6. Quais são os impactos do conflito no Sudão sobre a estabilidade regional e como evitar que o conflito sudanês se espalhe para outros países africanos, exacerbando a instabilidade na região?**

## APÊNDICE II – REPRESENTAÇÕES

### ÁFRICA CENTRAL

#### **Burundi**

A República do Burundi se posiciona a favor de uma resolução pacífica e política entre as duas partes, entendendo que este não é um conflito meramente militar. Além disso, o país acredita no intermédio do conflito pela União Africana, IGAD e outras organizações sub-regionais africanas.

Em 2015, o Burundi viveu sua própria crise política quando uma tentativa de golpe deu origem a uma escalada de protestos e uma severa repressão governamental. Na ocasião, a União Africana resolveu enviar uma operação de paz para o país a fim de conter as violações que ali ocorriam. O Burundi foi contra, e contou com o apoio do Sudão que, segundo o que aponta a mídia burundinesa, acreditava ser paradoxal enviar tropas a um país contribuidor de tropas. O Sudão já tinha enfrentado questão parecida com relação à crise em Darfur.

#### **Camarões**

Tanto Camarões quanto o Sudão experienciaram realidades bastante parecidas nos últimos anos: um país dividido e com rivalidades militares que ocasionaram em conflitos – mesmo que em proporções muito menores em Camarões. O país, contudo, considera a situação no vizinho mais ao leste bastante preocupante.

De acordo com o presidente Paul Biya – que governa o país desde 1982 –, o que atinge ambos os países, além de outros do chifre africano e do Sahel, são as atividades criminosas de grupos terroristas. Segundo defende, o diálogo e a conciliação devem prevalecer em detrimento dos confrontos.

#### **República Centro-Africana (RCA)**

Tendo fronteira direta com o Sudão, a RCA é um dos países mais diretamente afetados pela crise que ali acontece. O país já recebeu milhares de refugiados, a maioria vindo através da fronteira de Am-dafock, e já acolheu de volta mais de 6 mil centro-africanos que viviam em Darfur e tiveram que voltar para o seu país de origem em decorrência dos conflitos na região.

Além disso, a diminuição severa das transações comerciais entre os dois países ocasionou na subida de preço de algumas commodities, o que serviu para acentuar a situação

de fome que já existia no norte da RCA. A segurança, tanto dos refugiados sudaneses, quanto da própria população centro-africana, é um grande desafio devido à existência de grupos armados próximos às fronteiras. Mesmo assim, organizações e entidades internacionais vêm prestando apoio ao país para a construção de escolas para as crianças refugiadas e estruturas para atendimento médico próprio.

### **Chade**

O Chade é um dos países que mais recebe refugiado sudaneses, não somente por fazer fronteira com o país, mas também por estar localizado próximo de Darfur – uma região com altos índices de deslocamento. Além disso, a proximidade cria outros problemas para o país. Um dos grupos étnicos envolvidos no conflito em Darfur do Norte, por exemplo, também está presente na população chadiana, de forma que existe o temor de que conflitos do tipo ultrapassem as fronteiras do Sudão.

Mesmo tendo sido pressionado para apoiar algum dos lados, o Chade tem se mantido neutro desde o início do conflito e defendido o diálogo entre as partes. Desde o início também declarou o fechamento das fronteiras com o país, mas essa ação não impediu um aumento perceptível de travessia de refugiados e da prática de contrabando. A posição do presidente, Mahamat Déby Itno, é de que os refugiados sudaneses são bem-vindos no Chade, mas os problemas devem permanecer no Sudão.

### **República do Congo**

A República do Congo não tem um posicionamento claro divulgado sobre o conflito no Sudão. Contudo, o presidente Denis Sassou Nguesso, que lidera o país desde 1997, encabeçou as negociações para o fim dos conflitos em Darfur quando ocupou a presidência da União Africana em 2006. No mesmo período, a República do Congo, trabalhou para normalizar as relações entre o Chade e o Sudão.

### **República Democrática do Congo**

Apesar de não estar em guerra, a República Democrática do Congo também sofre internamente com os seus próprios grupos militares armados, conflitos étnicos e crises humanitárias. Quanto ao que acontece no Sudão, a principal defesa do país desde o início tem sido pelas ações humanitárias e garantia de que os civis sejam evacuados.

Ainda em Junho de 2023, o país foi incisivo em condenar o Sudão quando um ataque por bombas realizado pelas SAF à uma universidade em Cartum matou dez estudantes congolese.

### **Guiné Equatorial**

Sendo um dos menores países do continente, estando localizada a mais de 2 mil quilômetros de distância do Sudão e tendo poucas relações comerciais com ele, o conflito pouco tem afetado a Guiné Equatorial diretamente. Em junho de 2024, a delegação esteve presente na reunião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana sobre o conflito no Sudão, situação na qual o Presidente Obiang Nguema Mbasogo – que exerce a função desde 1979 – defendeu o diálogo e a negociação entre as partes.

Mesmo sem implicações econômicas, a Guiné Equatorial entende que é dever de todos os países da União Africana unir esforços e estabelecer mecanismos para pôr fim a esse conflito. Acredita também que a União Africana sozinha não é capaz de solucionar a questão, e que esta deveria agir em conjunto com as Nações Unidas para realizar missões de proteção civil e investigar as atrocidades cometidas no território sudanês.

### **Gabão**

Este país, localizado na costa leste da África, sofreu um golpe de Estado em 2023. Similarmente ao que aconteceu no Sudão, o General Brice Oligui Nguema, que assumiu a presidência, prometeu se encarregar de uma transição democrática que até hoje não teve início.

Quanto ao Sudão, o Gabão acredita que a paz ali só poderá ser obtida quando houver um esforço conjunto entre os diferentes atores que trabalham para apaziguar a situação. Defende também uma solução desarmada, pautada pelo diálogo e pelas negociações.

### **São Tomé and Príncipe**

A República Democrática de São Tomé e Príncipe, um pequeno arquipélago localizado no Golfo da Guiné, está buscando a própria estabilização interna e consolidação da paz após uma tentativa de golpe em 2022. O primeiro-ministro do país já abordou, na ONU, preocupação com os golpes de Estado cada vez mais frequentes e conflitos cada vez mais duradouros no continente africano.

Também já criticou missões de paz sem objetivo claro e pouco efetivas na sua função de salvaguardar vidas civis, e disse que a garantia dos direitos e da proteção dessas vítimas

dos conflitos, bem como dos refugiados, deveria ser prioridade da Sociedade Internacional como um todo.

## **LESTE AFRICANO**

### **Comores**

Localizado no Oceano Índico, o arquipélago de Comores é o terceiro menor país do continente. Similarmente ao Sudão, o país vem sofrendo com instabilidade política e golpes de Estado sucessivos desde a sua independência. A União das Comores exerceu a presidência da União Africana em 2023 e, na ocasião, o presidente Azali Assoumani afirmou ter a confiança de ambos os líderes das SAFs e da RSF para encontrar uma solução para a crise que satisfizesse ambos os lados. Comores defende que toda tentativa de mediação do conflito – local e regional – deve ser incentivada

### **Djibouti**

Esse país no Chifre da África abriga bases militares de diversos outros países (africanos e não-africanos) devido à sua posição estratégica no cruzamento entre a Ásia, a África e o Oceano Índico. Em 2023, enquanto liderava o IGAD, foi responsável por promover uma das tentativas que mais avançaram para a promoção de um cessar-fogo.

O Djibouti é um defensor declarado de uma paz rápida e abrangente no Sudão. Em 2024, o governo sudanês cortou laços com o IGAD e afirmou que as iniciativas do bloco comercial eram uma tentativa de violação à sua soberania.

Na ocasião em que o líder da RSF, Hemedti, visitou o país, o opositor Burhan (SAF) declarou o encontro como uma hostilidade e todos aqueles que fizeram acordos com a RSF como cúmplices de um crime.

### **Eritréia**

A Eritréia é um dos países que estão muito envolvidos no conflito desde o início. O país faz fronteira com o leste do Sudão e, desde antes de estourar o conflito, já treinava e armava grupos étnicos da região. Vários desses grupos se posicionam contrários às Forças de Apoio Rápido (RSF), o que causa o temor de que, caso as RSF tomem a região, o conflito se alastre também para a Eritréia. Fato é que a organização de campos de treinamento e o aumento de armamentos nas mãos de civis criam uma tensão no leste sudanês que pode vir a se tornar uma crise severa.

Mesmo assim, em Setembro de 2024, o Presidente Isaias Afewerki se encontrou pessoalmente com o General Abdel-Fattah al-Burhan, líder das SAF. O governo eritreu já declarou ser de seu interesse a resolução do conflito, mas as especificidades do que foi discutido nessa ocasião não foram divulgadas. Além disso, o país também já se posicionou favorável ao respeito da soberania sudanesa e contra uma intervenção militar,

Ademais, muitos eritreus que viviam refugiados no Sudão, fugindo do recrutamento militar forçado e de um Estado extremamente autoritário, foram atingidos entre os civis com o início da guerra e forçados a retornar ao seu país de origem.

### **Etiópia**

A posição da Etiópia sobre o conflito é muito semelhante à da Eritreia. Esse país também teve muitos de seus cidadãos que buscaram refúgio no Sudão e, eventualmente, foram atingidos pelo conflito e tiveram que retornar para o seu país de origem ou migrar uma segunda vez.

Além disso, o governo Etíope se encontrou com o líder das SAF em 2023, em uma tentativa de evitar que o conflito cruzasse a fronteira para o seu território. Isso porque temiam que algumas ofensivas da RSF perto da fronteira poderiam vir a alimentar tensões étnicas na região. Ainda, por estar relacionada com diferentes stakeholders regionais, a Etiópia tem buscado uma solução regional e multilateral

### **Quênia**

Os esforços de Quênia têm sido majoritariamente por uma solução local conduzida pelos sudaneses. Para isso, o país tem buscado incentivar os grupos étnicos, da sociedade civil, e até armados, a buscar uma resolução não violenta. A ideia seria isolar as forças que não buscam a paz ou a transição democrática.

Estando presente na Conferência Humanitária Internacional para o Sudão, em abril de 2024, o Quênia publicou uma declaração à imprensa na qual comprometeu-se a apoiar uma resolução pacífica do conflito no Sudão e a promover a entrega de ajuda humanitária. Além disso, fez um apelo por um cessar-fogo imediato e pela abertura de todas as fronteiras e linhas de cruzamento para permitir a entrega rápida da ajuda humanitária necessária ao povo sudanês.

### **Madagascar**

Madagascar é uma ilha localizada no Oceano Índico com uma economia majoritariamente dependente da agricultura e da pesca. O país é um dos que vem sofrendo com graves consequências das mudanças climáticas. Em 2023, foi severamente atingido pela Tempestade Cheneso, uma tempestade tropical que deixou muitos cidadãos desalojados e ocasionou algumas mortes.

### **Ilhas Maurício**

As Ilhas Maurício são um arquipélago no Oceano Índico que é reconhecido por sua estabilidade política e pela solidez da sua democracia. Quanto ao conflito no Sudão, o país já demonstrou ser favorável a um desescalamento da violência e uma resolução pacífica do conflito. As Ilhas se alinham a posicionamentos estrangeiros como o da Arábia Saudita, que percebem como buscando a paz e a proteção da população sudanesa, e não apoiando diretamente a SAF ou a RSF.

### **Ruanda**

Localizado na região dos Grandes Lagos da África, esse país já expressou acreditar em uma solução política para as hostilidades no Sudão, bem como o cuidado com o povo sudanês e a recuperação da estabilidade no país. No início de 2024, quando viajou para diversos países a fim de buscar apoio internacional, o líder da RSF, general “Hemedti”, visitou também Ruanda.

Ademais, os dois países possuem uma relação que data de muito tempo. Na crise em Darfur, no início do século, Ruanda enviou soldados para mais de uma missão de paz ali ocorrida.

### **Seicheles**

Este arquipélago de regime presidencialista estável já declarou profunda preocupação com o que está acontecendo no Sudão, em especial com o alastramento da fome. Para solucionar o problema, a República de Seicheles considera ser necessária uma resposta internacional coordenada. Além disso, defende ser urgente a liberação, por parte das partes beligerantes, de passagens rápidas e seguras para ajuda humanitária.

Por fim, é do interesse deste país que as demais nações externas ao conflito cessem de fornecer armas para as diferentes partes e de realizar quaisquer outras medidas que possam alimentar as tensões já existentes.



## **Somália**

A Somália é um país localizado no Chifre da África, marcado por instabilidade política, grupos extremistas e décadas de conflito interno. Dessa forma, muitos observadores comparam ambas as realidades – enquanto um é mais duradouro, as proporções do outro são bem maiores.

Além disso, a Somália faz parte do bloco regional IGAD, com o qual o Sudão rompeu e a RSF tem buscado construir alianças desde então. Assim como os demais, a Somália tem defendido a negociação entre as partes para obter uma resolução pacífica.

## **Sudão do Sul**

Tendo sido parte do Sudão até 2011, o Sudão do Sul está diretamente relacionado com o que acontece no Sudão. Inclusive, a predileção pelas etnias árabes e do norte do país foi um dos principais motivos que levou a anos de guerra civil entre o norte e o sul e à sua posterior separação.

Assim, o Sudão do Sul tem servido como um importante mediador, tratando com as SAF e a RSF para tentar obter o fim definitivo do conflito. Além disso, por compartilhar uma grande fronteira com o Sudão, o Sudão do Sul é um dos países que está recebendo grandes hordas de refugiados do conflito – em especial através da cidade de Renk.

## **Sudão**

Desde o ocorrido em 2023, a representação externa sudanesa tem sido oficialmente ocupada pelo General Abdel-Fattah Al-Burhan. Nessa posição, o líder das SAF atribui a Guerra unicamente à atuação de grupos rebeldes, que estariam sendo financiados e apoiados regionalmente. Além disso, Burhan classifica as RSF como um grupo terrorista, denuncia as atrocidades realizadas pelo grupo, e afirma defender uma transição democrática dentro do país.

É importante ressaltar que, tanto Burhan quanto Hemedti, realizaram durante os meses de guerra um esforço para a construção de boas relações diplomáticas que pudessem se converter em apoio dentro do conflito.

## **Tanzânia**

Esse país localizado na África Oriental é politicamente estável, apesar de enfrentar problemas socioeconômicos. Assim como o Sudão, o país também tem sofrido com as inundações decorrentes das mudanças climáticas.

Além disso, a Tanzânia exerceu a presidência do Conselho de Paz e Segurança da União Africana em Maio de 2024, data na qual este conselho urgiu às partes combatentes que garantissem acesso humanitário à população necessitada e que se retirassem dos prédios institucionais sudaneses. No mesmo comunicado, o Conselho solicitou à Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos que investigasse com urgência a situação em Darfur, e ao Painel de Alto Nível da UA que propusesse medidas para evitar o genocídio na região.

### **Uganda**

Uganda é um país no leste africano que já fez fronteira com o Sudão e hoje faz fronteira com o Sudão do Sul. Ao se posicionar sobre o conflito no Sudão, Uganda lamenta a violência ali recorrente – mesmo em disputas anteriores – e clama para que os demais líderes internacionais se posicionem por um cessar-fogo.

O Presidente Yoweri Kaguta Museveni também esteve na lista dos chefes de Estado visitados pelo General Hemedti no final de 2023. Em ocasião posterior, este mesmo presidente afirmou entender como uma das principais causas da guerra no Sudão a prática de políticas baseadas no identitarismo, como africanos *versus* árabes, ou mulçumanos *versus* cristãos.

## **NORTE DA ÁFRICA**

### **Argélia**

Localizada no norte da África, a Argélia é outro país que se posiciona a favor de uma solução política no Sudão. Segundo entende o presidente do país, Abdelmadjid Tebboune, forças do mal estão tentando desestabilizar o Sudão. No início de 2024, o país recebeu visita oficial do chefe da SAF, o general Abdel Fattah Al-Burhan. Situação na qual declarou apoio ao Sudão para enfrentar as circunstâncias difíceis

A Argélia defende uma solução interna para os conflitos, sem a interferência de países estrangeiros, e acredita dividir princípios e perspectivas com o Sudão. A maioria deste país é etnicamente árabe-berbere.

### **Egito**

O Egito é um país localizado no norte do continente e que possui influência geopolítica significativa na África e no Oriente Médio. Dividindo uma fronteira de mais de 1.200 km de extensão com o Sudão, o país é diretamente afetado pelo conflito. Por isso mesmo, acredita que seja dever da comunidade internacional dar suporte aos países próximos

que acolheram a maioria dos refugiados e foram mais duramente impactados pelo eclodir da crise.

O Egito defende uma resolução regional, tendo sido anfitrião, em julho de 2023, da Cúpula dos países vizinhos do Sudão. O país se demonstra especialmente preocupado com a fome, a deterioração do sistema de saúde e o alto número de deslocamentos que são consequência do conflito. Acredita, ainda, que seja urgente um cessar das operações militares para solucionar a precariedade humanitária o mais rápido possível.

### **Líbia**

A Líbia é outro dos países que fazem fronteira com o Sudão, e também vem sofrendo diversos conflitos internos e inseguranças humanitárias nos últimos anos. O país recebeu a visita do líder das SAF, Abdel Fattah Al-Burhan, em 2024, que buscava apoio.

A administração oriental do país, contudo, tem laços fortes com a RSF e outros grupos de Darfur. Uma investigação das Nações Unidas, inclusive, já identificou o país como fonte de uma parcela dos armamentos utilizados pelas Forças de Suporte Rápido (RSF), além de combustível. Ainda assim, o Presidente do Conselho Presidencial, Mohamed al-Menfi, se reuniu com Burhan, situação na qual ele declarou apoio à unidade do Sudão e ao que chamou de esforços do presidente do Conselho Soberano de Transição do Sudão pela estabilização do país.

### **Mauritânia**

A República Islâmica da Mauritânia tem uma população majoritariamente composta por árabes e africanos subsaarianos. O país é defensor de uma segurança continental conjunta, com coordenação e cooperação regionais. Acredita também na solução interna dos problemas e conflitos africanos, com diálogo e negociação.

Apesar de não ter declarado posição pública em relação ao Sudão, o governo da Mauritânia já demonstrou preocupação com as mudanças inconstitucionais de governo no continente, e afirmou ser essencial um compromisso conjunto com os princípios do Estado de Direito.

### **Marrocos**

Esse país, localizado no extremo norte do continente, já havia congratulado o General Abdel-Fattah Al-Burhan quando este assumiu o comando do Conselho de Transição no início de 2023. Com a escalada do conflito, o Marrocos expressou preocupação e solidariedade – em

especial pela relação que nutrem os países –, mas defendeu a competência do Sudão de solucionar independentemente as suas desavenças.

Ainda assim, o Reino do Marrocos aprova as tentativas de mediação realizadas pela Arábia Saudita e pelos EUA, e defende a realização de uma uma missão do Conselho de Paz e Segurança da União Africana para discutir, em conjunto com as partes sudanesas, uma solução para o conflito.

### **República Saharai (Saara Ocidental)**

A República do Saharai (Saara Ocidental) é uma região que busca independência em relação ao Marrocos desde a década de 1960. Mesmo não sendo reconhecido como Estado Nacional pela maioria da comunidade internacional, a União Africana reconhece a luta pela autodeterminação do povo Saharai, e admitiu a República como membro ainda em 1982.

### **Tunísia**

A Tunísia é um país localizado no norte da África e que teve grande relevância na eclosão da Primavera Árabe (2011). O país já expressou seu desejo pelo fim do conflito, e acredita que essa deve ser tratada como uma questão interna do Sudão e que por eles deve ser solucionada.

Mesmo assim, a Tunísia demonstrou apoio à cúpula dos países vizinhos do Sudão, realizada em 2023, no Egito, sendo este um exemplo de iniciativa regional que não viola a integridade e a soberania do país. Ademais, em 2023, o governo tunisiano defendeu que os migrantes subsaarianos fazem parte de uma conspiração para modificar a composição demográfica do país, que é predominantemente árabe-muçulmano, o que gerou indignação popular.

## **SUDESTE AFRICANO**

### **Angola**

Angola é um país localizado na costa oeste da África Austral que tem trabalhado para reconstruir a sua economia após uma longa guerra civil. O país se posiciona favorável a um cessar-fogo e à negociação de uma paz definitiva, que só poderá ser obtida através do diálogo entre ambas as partes.

Luanda representa a África Austral no Comité Presidencial Ad-Hoc para a República do Sudão, criado pela União Africana. Mesmo defendendo a negociação e o diálogo entre as partes para a paz, apenas o líder das SAF, Al-Burhan, prestou visita ao país.

### **Botswana**

Botswana é um país conhecido por sua estabilidade política e por ser exemplo de governança democrática e crescimento sustentável. O país já demonstrou preocupação com tomadas autoritárias e deposição de governos legítimos no continente africano, bem como com a persistência de conflitos. Assim, Botswana nunca demonstrou apoio ou alinhamento com qualquer uma das partes no Sudão.

### **Essuatíni**

O Reino de Essuatíni é um pequeno país localizado entre Moçambique e a África do Sul que enfrenta altos índices de pobreza e dificuldades para o desenvolvimento. Representantes do governo essuatiniense já declararam entender que a democracia estrangeira falhou em trazer prosperidade para a África, e que, portanto, o caminho seria o retorno ao tradicionalismo, objetivando liberdade, igualdade, cooperação e um retorno às ideias pan-africanas.

Russell Dlamini, que ocupou a posição de primeiro-ministro do país, defendeu em reunião do Parlamento Pan-Africano da União Africana que seria necessário aos países do continente rejeitar conceitos estrangeiros que não se alinham com os seus valores, e que tentam ser implementados sob o disfarce de Direitos Humanos.

### **Lesoto**

Lesoto é um país pequeno e montanhoso localizado no sul do continente africano, e tem a sua política externa baseada no princípio de “Khotso Ke Khaitsele ea ka” – que significa “a paz é minha irmã”. Além disso, e apesar de ter uma história marcada por golpes e tentativas de golpes de Estado, o reino do Lesoto afirma desejar que todos os países disponham de um governo bom e democrático.

Mesmo não tendo se posicionado diretamente sobre o conflito no Sudão, a diplomacia de Lesoto acredita que a resolução de conflitos deve acontecer pelo diálogo, negociação e outros meios pacíficos.

### **Malawi**

Essa pequena república localizada no sudeste africano já havia condenado o golpe sudanês de 2021. O Chefe de Estado da época declarou que métodos como esse feriam os princípios da democracia e não deveriam voltar a ser comuns no continente.

Ademais, o Malawi já enviou dezenas de efetivos para compor a Operação Híbrida das Nações Unidas-União Africana em Darfur (UNAMID) desde que esta teve início, em 2007.

### **Moçambique**

Moçambique é um país do sudeste africano que, desde o fim de uma guerra civil, em 1992, vem concentrando esforços para a sua reconstrução política e econômica. Por isso mesmo, já defendeu que o diálogo direto entre as partes, proporcionado por um facilitador, seria a melhor opção para avançar rumo à solução do conflito no Sudão.

Ademais, o país se preocupa com a interferência externa que alimenta a crise interna no Sudão, e acredita ser necessária a responsabilização de todos os atores – internos ou externos – por todas as violações aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional como um todo.

### **Namíbia**

A Namíbia é uma das democracias mais estáveis da África, com eleições e transições de poder transparente desde que obteve sua independência da África do Sul, em 1990. Na política externa, a Namíbia é bastante comprometida com o princípio de manutenção da paz, já tendo participado de inúmeras missões nesse sentido. Entre elas, uma missão de manutenção da paz da União Africana em Darfur.

No cenário regional, o país atua como promotor da cooperação e da estabilidade na África Austral.

### **África do Sul**

A África do Sul é a segunda maior economia do continente e um membro influente do BRICS. Desde a escalada da violência, em 2023, o país demonstra preocupação com a situação no Sudão e defende a necessidade de um cessar-fogo e uma negociação pacífica entre as partes.

Além disso, acredita que o restabelecimento da paz deve ser um processo liderado, pautado e decidido pelos próprios sudaneses, de forma a retomar a transição democrática que havia sido iniciada após o golpe de 2019. Mesmo assim, reconhece o importante papel de

mediação que entidades como a UA, o IGAD e a Comunidade da África Oriental (EAC) podem ter nas negociações pelo fim do conflito.

Em janeiro de 2024, a África do Sul recebeu a visita do líder da RSF, General Mohamed Dagalo (Hemeti), situação na qual o país reforçou o apoio a um diálogo entre Hemeti e Burhan e o cessar permanente das hostilidades.

### **Zâmbia**

A Zâmbia é um país que, desde sua independência do Reino Unido, em 1964, tem sido relativamente estável politicamente. Em sua política externa, defende a paz, a segurança e a estabilidade como necessárias ao desenvolvimento sustentável, e entende que a diplomacia é a única forma apropriada para a resolução de conflitos.

Ainda, afirma observar apenas consequências negativas em conflitos como o do Sudão, que causam deslocamentos e mortes massivas.

### **Zimbábue**

O Zimbábue passou por uma grave crise econômica na segunda década do século XXI, e vem, desde então, tentando reconstruir a sua economia e confiabilidade internacional. Ainda, tendo sofrido com sanções econômicas por parte de países ocidentais por mais de vinte anos, o país é contrário à imposição de sanções unilaterais injustificadas.

Além disso, o Zimbábue defende que, para a obtenção da paz, é necessário tratar dos fatores causadores do conflito, como a pobreza, a desigualdade, a intolerância e as mudanças climáticas, e critica a interferência não solicitada de países estrangeiros em conflitos internos.

## **ÁFRICA OCIDENTAL**

### **Benin**

O Benin é um país pequeno Ocidental localizado entre a Nigéria e o Togo, e que realizou uma transição democrática pacífica e bem sucedida em 1991. Desde então, o Benin tem sido relativamente estável politicamente, com presidentes se alternando em mandatos de cinco anos. As eleições de 2019 e 2021, contudo, testemunharam uma escalada da violência no país, que foi agravada pela incursão de grupos extremistas de maioria islâmica no país.

### **Burkina Faso**

Burkina Faso é um país que, recentemente, tem se caracterizado pelos problemas de segurança e instabilidade política. Em 2022, Ibrahim Traoré operou um golpe de Estado no país e se tornou o presidente de um governo militar com a promessa de restaurar a democracia. Assim como no Sudão, contudo, a transição democrática não se tornou realidade.

A justificativa para a demora recai sobre a insegurança causada pela insurgência de grupos ligados à al-Qaeda e ao Estado Islâmico no país, controlando quase metade do território.

Inclusive por estar lidando com a sua própria crise interna, Burkina Faso não tem se posicionado ativamente quanto à situação no Sudão. Mas é possível encontrar muitas semelhanças no cenário de violência armada e deslocamentos que atualmente atinge ambos os países

### **Cabo Verde**

Cabo Verde é outro país que também é considerado um modelo de democracia no continente. Desde o início do conflito no Sudão, o país já declarou estar acompanhando a escalada de violência entre as Forças Armadas e outros grupos paramilitares e defendeu uma negociação pela paz que passe pela mediação da União Africana

Além disso, entende que a situação é bastante complexa, cabendo a mediação também de países estrangeiros, como os Estados Unidos da América, para um efetivo diálogo entre as partes do conflito.

### **Côte d'Ivoire (Costa do Marfim)**

Esse país é conhecido por ter uma diversidade étnica e cultural, com mais de 60 grupos étnicos. A maioria do país é composta pelos grupos Akan e Krou, e a religião predominante é o islamismo.

O país observa com preocupação o avanço de conflitos armados ao redor do mundo, e entende que estes representam uma estagnação para as suas regiões e populações. A Costa do Marfim também declarou estar acompanhando a questão do Sudão de perto desde o início, mas não se mostrou tendenciosa a dar suporte a qualquer um dos lados do conflito.

### **Gâmbia**

A Gâmbia é um dos países que, em 2024, compõe o Conselho de Paz e Segurança da União Africana. O país defende que crimes como genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica



e crimes contra a humanidade devem ser combatidos com ação direta por parte da comunidade internacional,

O Governo do país já expressou profunda preocupação com o que acontece no Sudão, em especial com as hostilidades contra os direitos humanos, e acredita serem necessários o estabelecimento de um corredor humanitário e de um canal de diálogo político entre as duas partes do conflito. Ademais, a Gâmbia possui um compromisso claro com as missões de paz realizadas pelas Organizações Internacionais, mas acredita que os mecanismos tradicionais de manutenção da paz tem se mostrado cada vez mais ineficientes.

### **Gana**

Gana é um país bastante diversificado, étnica e religiosamente, e com uma democracia estável que se mantém desde 1992. Nesse sentido, e de acordo com a Declaração de Accra que este assinou, o país é absolutamente contrário a mudanças inconstitucionais de governo, manipulação de processos democráticos e livre alteração das leis eleitorais.

Dessa forma, em relação ao que acontece no Sudão, Gana acredita ser necessário acabar permanentemente com a violência que assola o país para que ali possa ser retomado o constitucionalismo, e acredita que essa solução envolve esforços diretos das Organizações Internacionais, como a União Africana e a ONU.

### **Guiné**

Atualmente, a Guiné é um país que, assim como o Sudão, sofreu um golpe de Estado, e desde então vem sendo governada por uma junta militar sob a promessa de uma transição democrática. O país se preocupa com as diversas crises e conflitos que vem abalando o mundo, e defende que cenários como o do Sudão exigem respostas coletivas e humanitárias.

Em posicionamento oficial, o governo guineense já confirmou que os golpes tem se tornado uma prática comum no continente, mas que a solução se encontra em analisar as razões por trás desses golpes, para muito além de somente combater aqueles que pegam em armas para se contrapor ao governo vigente.

### **Guiné-Bissau**

Assim como o seu vizinho ao norte, Guiné-Bissau também sofre com uma significativa instabilidade política e muitos golpes de Estado desde a sua independência. Apesar de não possuir posicionamento oficialmente declarado quanto à questão do Sudão, o

país busca adotar uma política de consolidação da paz e resolução pacífica de conflitos, na África e em todo o mundo.

Ademais, a política externa da Guiné-Bissau se baseia nos princípios do multilateralismo, do fim das guerras, da proteção das populações e da busca pela paz em todo o mundo.

### **Libéria**

A Libéria é um país localizado na costa ocidental do continente africano que já passou por duas guerras civis e, juntamente com a Etiópia, foi um dos únicos países do continente a não ter sido colonizado pelas potências europeias no século XXI.

Apesar de não se posicionar diretamente quanto à questão do Sudão, o país demonstra preocupação com o agravamento dos desafios econômicos, sociais, ambientais e de segurança pelos quais vem passando o mundo atual, e se compromete com a promoção da paz no continente. Para isso, acredita ser necessária a colaboração entre governos e outros agentes não estatais, com transparência e a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

### **Mali**

O Mali é outro país que também sofre com instabilidade política decorrente de uma sucessão de golpes. Em 2021, assumiu um governo militar comandado pelo líder do Comitê Nacional para a Salvação do Povo, Assimi Goita.

Apesar de não se posicionar como afeito a qualquer um dos lados do conflito no Sudão, em junho de 2024, país recebeu visita do vice-comandante das SAF, Shams al Din Kabashi, para fortalecer as relações bilaterais e discutir questões de segurança, crimes transnacionais e cooperação política e militar. Contudo, existem também relatos de indivíduos do Mali que viajaram para lutar pelo lado das RSF, principalmente devido a raízes étnicas compartilhadas.

### **Niger**

Localizado a uma distância de menos de 2,5 mil quilômetros do Sudão, o Níger está incluso nos países que recebem refugiados advindos do conflito. Mas não só dali. Justamente por estar geograficamente próximo de países em grandes crises como o Mali, a Nigéria e Burkina Faso, o país é o que mais oferece asilo na África Ocidental. O próprio Níger sofreu um golpe de Estado em 2023.

Neste mesmo ano, os ministros de assuntos estrangeiros de ambos os países se reuniram por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas. Conforme relatos, os dois representantes teriam discutido sobre medidas de segurança contra as RSF e sobre a presença de mercenários do Níger integrando essas forças no Sudão.

### **Nigeria**

A Nigéria é o país mais populoso e com a maior economia do continente africano. Além disso, o país foi bem sucedido em sua transição democrática realizada em 1999, e, apesar de tensões étnicas e religiosas, existe enquanto uma república presidencialista democrática desde então.

O país já demonstrou extrema preocupação com o que acontece no Sudão e com o número de vidas inocentes perdidas, e acredita que uma solução efetiva para o conflito só poderá ser atingida por intermédio de uma ação conjunta da comunidade internacional. Assim, defende ser prioridade ir ao auxílio das pessoas que sofrem com a escalada da violência e criar um canal para diálogo e negociação entre as partes beligerantes.

### **Senegal**

O Senegal é um dos poucos países do continente que nunca sofreu um golpe de Estado. Nesse sentido, o país vem demonstrando preocupação com o crescente número de golpes na África e com os conflitos que, muitas vezes, advém deles.

O país já declarou estar atento à ascensão de grupos armados e terroristas, que agravam a situação social, política e de segurança no continente africano. Por fim, mesmo tendo tido presença considerável nas missões de Darfur no início do século, alerta para a ineficácia das missões de paz na contenção dos conflitos atuais e pede por uma reavaliação e reestruturação desses mecanismos

### **Serra Leoa**

Esse país é, atualmente, membro eleito por dois anos do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (PSC). Entre 1991 e 2022, o país passou por uma brutal guerra civil, mas nos últimos anos tem consolidado as suas instituições e a sua estrutura democrática.

Quanto ao que acontece no Sudão, Serra Leoa acredita que a paz só será obtida por uma iniciativa pensada e liderada por forças sudanesas. De forma que caberia às organizações internacionais possibilitar e mediar as discussões entre as partes beligerantes para que, essas sim, pensem em uma solução abrangente e duradoura.

## **Togo**

O Togo é um país pequeno que, desde a sua independência, tem sido governado por regimes autoritários. Embora várias tentativas de reformas já tenham sido feitas, nenhuma foi bem sucedida até então. Em se tratando do Sudão, contudo, o Ministério de Assuntos Estrangeiros do Togo se posiciona favorável à promoção de um novo estado, acordado entre os sudaneses, que reflita a diversidade do país.

Para isso, acredita ser necessário que o exército e outras forças de segurança sejam reformados. Ademais, em 2023, o Togo sediou uma reunião entre ativistas sudaneses, políticos e líderes rebeldes de Darfur para oferecer uma oportunidade para os líderes de Darfur discutirem as repercussões da atual guerra entre a RSF e as Forças Armadas do Sudão (SAF) no país. A reunião foi acusada por críticos de relativizar as atrocidades cometidas pela RSF.